

Projeto CITinova II - Promovendo Planejamento Metropolitano Integrado e Investimentos
Inovadores em Tecnologias Urbanas no Brasil

TERMO DE REFERÊNCIA PARA CONTRATAÇÃO DE CONSULTORIA ESPECIALIZADA EM GOVERNANÇA METROPOLITANA E INTERFEDERATIVA

Brasília, agosto de 2025

1. Glossário

FUNBIO – Fundo Brasileiro para a Biodiversidade

GEF - Fundo Global para o Meio Ambiente

MCTI – Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

MCID – Ministério das Cidades

MMA – Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima

PNUMA – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

RM Belém – Região Metropolitana de Belém

RM Florianópolis – Região Metropolitana de Florianópolis

RIDE Teresina – Região Integrada de Desenvolvimento de Teresina

CODERF – Comitê de Desenvolvimento da Região Metropolitana da Grande Florianópolis

TdR – Termo de Referência

FPIC – Função Pública de Interesse Comum

2. Introdução

O Projeto GEF-7 CITinova II - “Promovendo Planejamento Metropolitano Integrado e Investimentos Inovadores em Tecnologias Urbanas no Brasil”, com financiamento do Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF), foi celebrado entre a Agência Brasileira de Cooperação (ABC), o Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA). O CITinova II tem como parceiros estratégicos o Ministério das Cidades (MCID) e o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA). O objetivo do projeto é a redução de emissão de gases de efeito estufa, o fortalecimento da conservação da biodiversidade e a obtenção de cobenefícios econômicos, sociais e ambientais por meio de planejamento urbano integrado.

As ações do CITinova II estão sendo executadas pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente Brasil (PNUMA-BR) e pelo Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (FUNBIO), sob liderança do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e supervisão do Programa de Meio Ambiente das Nações Unidas (PNUMA) como Agência Implementadora do GEF.

O Projeto inclui atividades no nível nacional e local, em três regiões brasileiras: Região Metropolitana de Belém, Região Metropolitana de Florianópolis e Região Integrada de Desenvolvimento da Grande Teresina. As atividades estão organizadas em quatro componentes, quais sejam:

Componente 1: fortalecimento da governança metropolitana, desenvolvimento de planos metropolitanos integrados e desenvolvimento de sistemas de informações geoespaciais.

Componente 2: implementação de pilotos para teste de soluções de baixa emissão de carbono e de gestão e conservação da biodiversidade.

Componente 3: fortalecimento de mecanismos de financiamento para o desenvolvimento urbano sustentável e capacitação de entes federativos para acesso à financiamento.

Componente 4: disseminação de conhecimento e capacitação para o planejamento urbano sustentável.

3. Justificativa

As regiões metropolitanas brasileiras enfrentam desafios complexos de governança e planejamento urbano devido à necessidade de coordenação de ações entre múltiplos atores envolvidos. A ausência de um planejamento integrado resulta em crescimento urbano insustentável, na perda de biodiversidade, no aumento das emissões de Gases do Efeito Estufa (GEE) e na ineficiência da prestação de serviços públicos essenciais.

Para enfrentar esses desafios, o Projeto CITinova II busca oferecer suporte técnico às regiões-piloto do Projeto na formulação e/ou no fortalecimento de arranjos de governança, considerando as realidades políticas específicas enfrentadas por cada região. Ao mesmo tempo, busca-se fortalecer os vínculos entre os entes envolvidos por meio da abordagem de questões de interesse comum.

As ações se concentrarão em três regiões-piloto distintas: a Região Metropolitana de Belém, a Região Metropolitana de Florianópolis e a Aglomeração Urbana Teresina-Timon, que juntas abrangem um total de 19 (dezenove) municípios e quatro estados – Pará, Santa Catarina, Piauí e Maranhão.

A Região Metropolitana de Florianópolis (RMF) foi instituída pela Lei Complementar Estadual nº 636/2014, englobando 9 (nove) municípios. A legislação também define uma área de expansão metropolitana, que inclui outros 13 (treze) municípios com vínculos funcionais com a RMF. A criação da RMF buscou estruturar e fortalecer a cooperação entre os entes municipais e o Estado na gestão de funções públicas de interesse comum, diante de um contexto regional marcado por forte urbanização, crescimento populacional acelerado, pressões sobre o território e desafios associados à mobilidade e gestão dos recursos hídricos.

A governança da RMF conta com diferentes instituições. A Superintendência de Desenvolvimento da Região Metropolitana da Grande Florianópolis (SUDESC), autarquia estadual vinculada à Secretaria de Estado do Planejamento, é o órgão responsável pela articulação e implementação das Funções Públicas de Interesse Comum, com competências que incluem o planejamento integrado, a coordenação de serviços compartilhados e a

celebração de convênios interinstitucionais. O Colégio Superior, órgão máximo de deliberação da RMF, possui composição paritária entre municípios e Estado. Já o Comitê de Desenvolvimento da RMF (CODERF) atua como instância consultiva e deliberativa, com composição paritária entre Estado, municípios, sociedade civil e Associação dos Municípios da Grande Florianópolis (GRANFPOLIS).

Apesar da existência de um arcabouço legal e institucional alinhado ao Estatuto da Metrópole (Lei nº 13.089/2015), a efetiva coordenação entre os entes envolvidos na governança da RMF ainda enfrenta importantes desafios relacionados à compreensão e efetivação do planejamento e execução integrada das funções públicas de interesse comum, no âmbito do arranjo institucional da RMF. A complexidade e dificuldade de avanço em temas elencados como prioritários desde a criação do Arranjo (Lei Complementar 636/2024), bem como a ausência de mecanismos de financiamento estáveis, comprometem a implementação de políticas públicas de escala metropolitana e a superação dos desafios compartilhados entre os entes da região. Além disso, entre outros desafios, está a ausência de instrumentos consolidados de planejamento metropolitano, como o Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI), limitando a capacidade de atuação coordenada sobre temas estratégicos.

A Região Metropolitana de Belém (RMB) é composta por 8 (oito) municípios, com forte centralidade da capital paraense, tanto no aspecto econômico quanto na prestação de serviços públicos. A expansão desordenada do território, o crescimento de áreas periféricas e a carência de infraestrutura urbana básica são problemas recorrentes, especialmente nos municípios vizinhos a Belém. Apesar da existência de um marco legal que institui a região metropolitana e a criação do Conselho Metropolitano de Desenvolvimento Urbano Integrado (CMDUI), a atuação metropolitana ainda é insipiente. Faltam instrumentos efetivos de planejamento e gestão compartilhada entre os entes. Ao mesmo tempo em que desafios citados, referentes à infraestrutura básica, requerem respostas integradas, persistem lacunas institucionais, técnicas e orçamentárias para viabilizar soluções consorciadas e sustentáveis.

A Aglomeração Urbana Teresina-Timon corresponde a um recorte territorial da Região Integrada de Desenvolvimento (RIDE) da Grande Teresina, abrangendo os municípios de Teresina, no estado do Piauí, e Timon, no estado do Maranhão. Esses dois municípios se destacam dos demais integrantes da RIDE por manterem uma relação funcional intensa, caracterizada por fluxos diários de pessoas, bens e serviços, uso compartilhado de infraestrutura urbana, além da interdependência em áreas como mobilidade, saúde, educação e economia.

Essa dinâmica consolida a configuração de uma aglomeração urbana com características metropolitanas e, apesar da ausência de uma estrutura formal de governança interfederativa, Teresina e Timon vêm estabelecendo mecanismos de cooperação técnica, com destaque para a criação do Consórcio Intermunicipal de Mobilidade Urbana (CIMU) e para acordos recentes de intercâmbio de tecnologias voltadas à política habitacional e à gestão de dados urbanos.

Essas iniciativas sinalizam avanços importantes na coordenação entre os dois municípios, mesmo diante de entraves institucionais e políticos mais amplos relacionados à complexidade da RIDE. Além disso, a constituição recente da Agência Executiva Metropolitana do Leste Maranhense (AGEM Leste), sediada em Caxias (MA), que inclui formalmente o município de Timon, representa um novo vetor institucional em fase de estruturação, com potencial para apoiar a governança territorial na região, desde que as suas ações estejam alinhadas ao arranjo de governança a ser firmado entre Teresina e Timon.

Embora ainda mais incipiente do que nas regiões de Belém e Florianópolis, o processo de articulação metropolitana em Teresina-Timon mostra-se promissor e com maior viabilidade de implementação gradual, especialmente se houver ampliação e fortalecimento dos arranjos existentes. Destaca-se, contudo, o desafio representado pela localização dos dois municípios em unidades federativas distintas, o que exige esforços redobrados de coordenação institucional.

Apesar da diversidade significativa entre as três regiões-piloto, do ponto de vista geográfico, ambiental, climático, socioeconômico e dos níveis de arranjos de governança, seus gestores compartilham desafios estruturais comuns à consolidação de uma governança metropolitana efetiva. Entre os principais entraves estão a ausência de uma cultura colaborativa entre os entes federados, a falta de amplo conhecimento técnico sobre a temática e do conhecimento do potencial que a cooperação interfederativa pode proporcionar, além da descontinuidade política e a fragmentação da gestão territorial.

Em todos os casos, observa-se também a limitada priorização da pauta metropolitana nos orçamentos estaduais e a escassez de investimentos públicos voltados a soluções integradas. Soma-se a isso a falta de integração entre os planos diretores municipais e os instrumentos de planejamento regional ou metropolitano, contrariando as diretrizes do Estatuto da Metrópole, Lei nº 13.089/2015, e dificultando a construção de estratégias territoriais sustentáveis e coordenadas.

Ao abordar três regiões metropolitanas em diferentes estágios de arranjo institucional, a proposta permitirá compreender tanto os desafios específicos de cada contexto quanto os elementos comuns que podem ser identificados e endereçados em outras regiões do país.

Espera-se que os resultados dessa contratação contribuam ao alinhamento, consolidação e transparência de modelos de governança e gestão interfederativa entre estados, municípios e sociedade civil que, além de apoiarem o sucesso das atividades do Projeto CITinova II, promovam políticas públicas integradas considerando uma maior eficiência no planejamento e na gestão de funções públicas de interesse comum e incentivem a adoção de soluções integradas e sustentáveis nas regiões metropolitanas envolvidas.

Por fim, a análise dessas três regiões permitirá compreender como diferentes modelos de governança metropolitana e interfederativa influenciam a gestão integrada do território, contribuindo nacionalmente para o fortalecimento da gestão compartilhada nas Funções

Públicas de Interesse Comum (FPICs) e para o aprimoramento da capacidade dos entes no enfrentamento dos desafios metropolitanos.

4. Objeto da Contratação

O presente Termo de Referência tem como objeto a contratação de consultoria especializada Pessoa Jurídica para o desenvolvimento de produtos e atividades do Projeto CITinova II referentes à formulação e/ou ao fortalecimento dos arranjos de governança metropolitana e interfederativa das regiões metropolitanas de Belém e de Florianópolis e da aglomeração urbana Teresina (PI)-Timon (MA).

5. Objetivo da Contratação

O presente Termo de Referência tem por objetivo a formulação e/ou fortalecimento dos arranjos de governança metropolitana e interfederativa das regiões-piloto do Projeto CITinova II, como condição necessária para um planejamento urbano integrado eficaz e de longo prazo, e para garantir a integração interinstitucional e a coordenação territorial. A consultoria deverá propor soluções que considerem as particularidades político-institucionais de cada território e o planejamento e a gestão articulada de funções públicas de interesse comum.

A estratégia de fortalecimento dos arranjos de governança em cada uma das três regiões-piloto deverá ser conduzida com base em boas práticas nacionais e internacionais e alinhado ao marco legal brasileiro. Para isso, são estabelecidos como objetivos específicos:

- i) **Levantamento e consolidação de boas práticas de governança metropolitana e interfederativa** para facilitar o planejamento integrado e o desenvolvimento urbano sustentável de regiões metropolitanas e aglomerações urbanas brasileiras, com base em estudos existentes e experiências nacionais e internacionais;
- ii) **Sensibilização, fortalecimento de capacidades e mobilização das partes interessadas** dos governos municipais, estadual, entes metropolitanos, sociedade civil e demais atores relevantes identificados, visando à formação de uma cultura metropolitana e a disseminação de conhecimento sobre a temática de governança interfederativa, incluindo os benefícios do planejamento urbano integrado e potenciais prejuízos à fragmentação de ações temáticas;
- iii) **Proposição de funções públicas de interesse comum das regiões-piloto e pactuação** com as partes interessadas, para consolidar e fortalecer o arranjo de governança metropolitana e interfederativa;
- iv) **Proposição de formulação e/ou de fortalecimento dos arranjos de governança metropolitana e interfederativa** de cada região -piloto do projeto; e

- v) **Assessoria técnica aos governos** municipais, estaduais e entes metropolitanos para revisão, implementação e/ou adoção das propostas de arranjo de governança.

Com isso, o Projeto CITinova II pretende fortalecer o comprometimento por parte dos governos das regiões metropolitanas brasileiras com o planejamento urbano integrado e com o desenvolvimento urbano sustentável, valendo-se de novas ferramentas, maior acesso a boas práticas e fortalecimento da capacidade institucional, além de promover uma mudança comportamental nos técnicos, gestores, sociedade civil e demais partes interessadas, de modo que elas realizem continuamente o planejamento urbano integrado sustentável, em conformidade com a legislação brasileira.

6. Área de Abrangência

A área de abrangência do presente Termo de Referência compreende as Regiões Metropolitanas de Belém-PA e de Florianópolis- SC e a Aglomeração Urbana Teresina-Timon que incluem os seguintes estados e municípios:

Regiões-Piloto Contempladas	Estados e Municípios que Constituem as Regiões-Piloto
Região Metropolitana de Belém	Estado do Pará: Belém, Ananindeua, Benevides, Marituba, Santa Bárbara do Pará, Santa Izabel do Pará, Castanhal e Barcarena.
Região Metropolitana de Florianópolis	Estado de Santa Catarina: Florianópolis, Águas Mornas, Antônio Carlos, Biguaçu, Governador Celso Ramos, Palhoça, Santo Amaro da Imperatriz, São José, São Pedro de Alcântara.
Aglomeração Urbana Teresina-Timon	Estado do Piauí: Teresina Estado do Maranhão: Timon

Os arranjos institucionais de governança metropolitana e interfederativa a serem implantados e/ou fortalecidos nas Regiões Metropolitanas de Belém (PA), Florianópolis (SC) e na Aglomeração Urbana Teresina-Timon deverão, além de cumprir as diretrizes estabelecidas pelo Estatuto da MetrÓpole, ser adequados ao contexto político-institucional específico de cada região-piloto.

7. Estratégia de Execução

7.1. Diretrizes Gerais

Os serviços de consultoria objeto deste contrato seguirão as orientações da Direção Nacional do Projeto, do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), e da Equipe Gestora do Projeto, composta por integrantes do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) e do Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (FUNBIO). Os pontos focais para a implementação das atividades, no que se refere à parte técnica, serão a Coordenadora Técnica do Projeto, as Coordenadoras Metropolitanas de Belém, de Florianópolis e da RIDE Grande Teresina e, no que se refere à gestão do contrato, será a Gerente de Projeto do FUNBIO.

A execução das atividades deverá seguir as diretrizes, atividades, indicadores, resultados esperados e demais informações constantes no Documento do Projeto¹. Além disso, as atividades deverão considerar leis, normas, estudos e documentos já existentes sobre planejamento urbano e regional e sobre governança metropolitana e interfederativa dos municípios e estados definidos na área de intervenção e da União, bem como outras iniciativas aderentes previstas ou em andamento.

Para a execução das atividades, será constituído um Grupo de Trabalho (GT), no âmbito do Grupo Consultivo Local das respectivas regiões-piloto, com a participação das coordenadoras metropolitanas da RM de Belém, da RM de Florianópolis e da RIDE da Grande Teresina, dos pontos focais dos municípios, estados e entes metropolitanos e, sempre que possível, dos demais técnicos e gestores dos municípios e estados da área de abrangência deste Termo de Referência e partes interessadas relacionadas à temática.

Estes atores deverão participar das atividades de levantamento e de processamento das informações, contribuindo com a identificação de problemáticas, de desafios e inserindo as necessidades locais nas etapas de diagnóstico e desenvolvimento das soluções, bem como para fins de gestão do conhecimento, monitoramento, avaliações de produtos e para garantir a sustentabilidade no tempo das ações desenvolvidas. Dentre estes atores, além da comunidade diretamente envolvida, devem estar presentes desde o início do processo os agentes reguladores nas três instâncias administrativas, municipal, estadual e federal.

A concepção metodológica a ser desenvolvida para a realização dos serviços descritos no presente termo de referência deverá basear-se na aplicação de metodologias participativas, interdisciplinares e adaptáveis ao contexto territorial de cada região-piloto, com base na escuta qualificada, no diálogo interinstitucional e na construção coletiva de soluções. Recomenda-se a aplicação combinada de ferramentas como análise de atores e de poder, metodologias de planejamento estratégico territorial (como análise SWOT e árvore de problemas), além de

¹ Para fins deste edital, considera-se o Documento do Projeto o pacote endossado pelo CEO do GEF no dia 18 de dezembro de 2021, considerando suas revisões posteriores.

dinâmicas de capacitação ativa, como aprendizagem baseada em problemas e estudos de caso. A perspectiva de gênero, raça e inclusão social deve ser transversal a todas as etapas.

As atividades descritas neste termo de referência articulam-se também com outras atividades do CITinova II. Portanto, a CONTRATADA deverá estar disponível para participar de atividades de troca de experiência com outras atividades do projeto.

Ao longo do desenvolvimento das atividades, a CONTRATADA deverá documentar as lições aprendidas, as boas práticas e as experiências do processo de gestão e implementação das atividades consoantes no presente termo de referência, conforme orientações da Equipe Gestora do Projeto. A CONTRATADA também deverá estar disponível para reuniões sobre o assunto. A periodicidade das reuniões será acordada entre as partes.

7.2 Diretrizes de Gênero e Inclusão

Para a realização dos serviços descritos no presente termo de referência, a CONTRATADA deverá inserir uma abordagem que contemple a perspectiva de equidade de gênero e, sempre que possível, de grupos minoritários, da juventude e de populações tradicionais. Para tanto, a CONTRATADA deverá:

- a. Assegurar que os princípios da igualdade de gênero e do empoderamento de mulheres fundamentem o planejamento, a formulação, a priorização, a implementação e o monitoramento das atividades e ações, conforme as diretrizes do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 5 das Nações Unidas e demais acordos internacionais vigentes;
- b. Garantir que haja uma participação equitativa na tomada de decisão sobre os serviços realizados no âmbito do presente termo de referência, sempre que possível;
- c. Desenvolver metodologias que integrem a perspectiva de gênero, de grupos minoritários, da juventude e de populações tradicionais, sempre que possível;
- d. Promover participação sensível ao gênero, para garantir que, sempre que possível as oficinas, comitês, estruturas de participação, grupos de trabalho, consultas, tomadas de decisão, treinamentos de capacitação etc., assumam o compromisso de envolver igualmente mulheres e homens; e
- e. Documentar em relatório técnico as boas práticas, lições aprendidas e experiências na implementação das ações que integram a abordagem de gênero, de grupos minoritários, da juventude e de populações tradicionais.

8. Atividades Propostas

As atividades relativas ao objeto do presente Termo de Referência serão desenvolvidas em 8 (oito) etapas. O quadro abaixo apresenta um resumo das etapas, atividades e produtos:

Nº	Etapas	Produtos
1	Etapa 1- Plano de Trabalho	Produto 1 – Três documentos contendo o Plano de Trabalho para a execução dos serviços previstos no presente termo de referência (um para cada região).
2	Etapa 2- Diagnóstico dos Arranjos de Governança atuais	Produto 2 – Três documentos contendo o Diagnóstico dos arranjos de governança metropolitana e/ou interfederativa, com o mapeamento de iniciativas de planejamento urbano integrado (um para cada região).
3	Etapa 3 – Plano de Comunicação e Engajamento e Estratégia e Plano de Ação para Fortalecimento da Governança Metropolitana e Interfederativa	<p>Produto 3.1 – Três documentos contendo o Plano de Comunicação e Engajamento para o fortalecimento dos arranjos de governança metropolitana e/ou interfederativa (um para cada região).</p> <p>Produto 3.2 – Três documentos contendo a Estratégia e Plano de Ação para o fortalecimento dos arranjos de governança metropolitana e/ou interfederativa (um para cada região).</p>
4	Etapa 4 - Guia de experiências de Governança Metropolitana e Interfederativa	Produto 4 - Documento técnico contendo guia analítico de experiências nacionais e internacionais em arranjos de governança metropolitana e interfederativa.
5	Etapa 5 - Mobilização e Fortalecimento de Capacidades das partes interessadas	<p>Produto 5.1 – Três Planos de trabalho dos seminários de sensibilização e de fortalecimento de capacidades (um para cada região).</p> <p>Produto 5.2 - Três relatórios das reuniões de mobilização e dos seminários de sensibilização e de fortalecimento de capacidades com partes interessadas (uma para cada região).</p>
6	Etapa 6 – Proposição e Pactuação das Funções Públicas de Interesse Comum	<p>Produto 6.1 - Três relatórios dos seminários de sensibilização e de fortalecimentos de capacidades (um para cada região).</p> <p>Produto 6.2 – Três relatórios técnicos com identificação das Funções Públicas de Interesse Comum, incluindo a indicação das prioritárias (um para cada região).</p>

7	Etapa 7 - Proposição e Pactuação de Arranjos de Governança Metropolitana e Interfederativa e Assessoria Técnica para Adoção	<p>Produto 7.1 - Três relatórios das oficinas e processos participativos para pactuação dos arranjos de governança (um para cada região).</p> <p>Produto 7.2 – Três documentos contendo propostas de estruturação e/ou fortalecimento dos arranjos de governança metropolitana e interfederativa, incluindo cronogramas, estimativas de recursos e indicadores de monitoramento (um para cada região).</p> <p>Produto 7.3 – Minutas de documentos legais para a adoção dos arranjos de governança para cada região.</p>
8	Etapa 8- Sistematização de Boas Práticas e Lições Aprendidas	<p>Produto 8 - Relatório consolidado com as experiências, boas práticas e lições aprendidas alcançadas durante o processo, visando subsidiar outras regiões metropolitanas brasileiras no desenvolvimento de seus próprios arranjos de governança.</p>

A seguir a descrição detalhada as etapas:

Etapa 1 – Plano de Trabalho

A CONTRATADA deverá elaborar o Plano de Trabalho para a formulação e/ou fortalecimento do arranjo de governança metropolitana e interfederativa das três regiões, abrangendo todas as etapas previstas neste Termo de Referência. Esse Plano de Trabalho deverá detalhar as atividades presentes em cada uma das etapas, informando à CONTRATANTE o cronograma físico-financeiro, os valores alocados e os profissionais envolvidos no desenvolvimento de cada etapa.

Produto 1: Três documentos contendo o Plano de Trabalho para a execução dos serviços previstos no presente termo de referência (um para cada região).

Etapa 2 – Diagnóstico dos Arranjos de Governança Atuais

A CONTRATADA deverá elaborar um diagnóstico sobre os arranjos de governança metropolitana e interfederativa existentes nas três regiões-piloto, considerando suas especificidades e particularidades locais. A estrutura do diagnóstico poderá ser ajustada e

aprofundada conforme necessário, para melhor refletir a complexidade dos temas e as realidades de cada região-piloto. Para a(s) região(ões) que já possui(em) publicações diversificadas e atualizadas sobre esta temática, o Diagnóstico poderá apenas listar estas publicações com a explanação da área de pesquisa de cada publicação.

Recomenda-se que o diagnóstico aborde, ao menos, os seguintes tópicos:

- i. Caracterização da região: caracterização geral da região-piloto (abrangência territorial, população, desigualdades regionais e urbanas); estrutura de governança existente (entes envolvidos, arranjos institucionais, instâncias decisórias); levantamento das principais lacunas, barreiras e oportunidades institucionais em cada região; análise da capacidade institucional e financeira para implementação de políticas metropolitanas; impacto das dinâmicas socioeconômicas na governança e na prestação de serviços públicos; e análise das centralidades urbanas e regionais.
- ii. Fundamentos jurídico-institucionais da governança metropolitana e interfederativa: análise do marco legal e normativo aplicável, abrangendo a legislação nacional, estadual e municipal pertinente; identificação dos modelos de governança atualmente adotados e de seus instrumentos formais de cooperação e coordenação interinstitucional, como consórcios, convênios, protocolos e instâncias colegiadas; exame dos limites e desafios jurídicos e institucionais para a efetividade da governança interfederativa, considerando aspectos como competências, segurança jurídica e mecanismos de deliberação; e, quando couber, análise da constituição e funcionamento das câmaras temáticas ou demais instâncias técnicas existentes;
- iii. Inserção da governança metropolitana nos instrumentos orçamentários e de planejamento público: análise da presença da agenda de governança metropolitana e interfederativa em instrumentos como o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), a Lei Orçamentária Anual (LOA), planos diretores e planos setoriais; e avaliação do grau de institucionalização da temática nos ciclos de planejamento e orçamento.

Produto 2: Três documentos contendo os diagnósticos dos arranjos de governança metropolitana e/ou interfederativa, com o mapeamento de iniciativas de planejamento urbano integrado (um para cada região).

Etapa 3 - Plano de Comunicação e Engajamento e Estratégia e Plano de Ação para Fortalecimento da Governança Metropolitana e Interfederativa

A CONTRATADA deverá elaborar e executar o Plano de Comunicação e engajamento para apoiar o desenvolvimento das atividades do projeto, com uma narrativa que ressalte os

benefícios das ações implementadas, destacando seu impacto no fortalecimento da governança metropolitana e interfederativa, no enfrentamento das mudanças climáticas, na melhoria da qualidade de vida, na eficiência urbana e no desenvolvimento sustentável.

O Plano de Comunicação e engajamento deve definir os objetivos específicos de comunicação alinhados com as metas do projeto, como:

- i. Promover a compreensão do que é governança metropolitana e interfederativa e seus benefícios à líderes políticos e técnicos pertinentes, bem como à sociedade civil;
- ii. Garantir o engajamento contínuo e eficaz das partes interessadas nas atividades deste termo de referência;
- iii. Facilitar o diálogo entre os diferentes atores envolvidos (setores público e privado/ academia/ terceiro setor/ sociedade civil, a variar);
- iv. Identificar o público-alvo do projeto, entre stakeholders regionais, órgãos governamentais municipais, estadual e federal, órgãos reguladores, acadêmicos e especialistas, mídia local e grupos da sociedade civil;
- v. Diferenciar a comunicação para cada grupo, levando em consideração seu nível de interesse e influência na atividade;
- vi. Definir a estratégia de articulação institucional e mobilização, alinhando as ações com o público-alvo e de acordo com as suas especificidades em todas as etapas descritas neste Termo de Referência;
- vii. Conduzir reuniões, capacitações e oficinas e manter o engajamento com stakeholders locais durante todas as etapas deste Termo de Referência.
- viii. Documentar e reportar em relatórios técnicos as avaliações da participação e engajamento dos stakeholders no desenvolvimento das atividades;
- ix. Realizar o registro audiovisual (foto e vídeo) de alta qualidade para documentar as etapas de desenvolvimento de execução, como oficinas, reuniões, ações públicas e o que for de interesse, estabelecendo uma periodicidade da entrega dos arquivos via nuvem;
- x. Criar materiais de comunicação de acordo com a necessidade de divulgação, utilizando a identidade visual do CITinova II como apoio ao material gráfico, na criação de convites para workshops/eventos/reuniões, impressos ou digitais, e apresentações explicativas aos stakeholders. As peças devem ser submetidas à revisão pela Equipe do Projeto;
- xi. O Plano de Comunicação deve definir um cronograma detalhado das atividades de comunicação, alinhado com as etapas do projeto e acompanhando o desenvolvimento do projeto, sendo ajustado conforme atualizações;
- xii. Estabelecer um calendário com a frequência das reuniões periódicas que deverão ser agendadas entre a CONTRATADA e a Equipe do Projeto para definir

- cronograma das atividades, entrega de relatórios técnicos, registros audiovisuais, peças gráficas e atividades de engajamento;
- xiii. Preparar e divulgar apropriadamente os eventos presenciais e online necessários, como reuniões, oficinas, seminários e rodas de diálogo envolvendo os stakeholders. Os canais digitais do CITinova II, como site do projeto, redes sociais e e-mails, poderão ser utilizados mediante alinhamento com a Assessora de Comunicação da Equipe do Projeto;
 - xiv. Durante as atividades, colher informações como lista de presença, com número de pessoas e organizações presentes e avaliar a qualidade nas interações entre os participantes, considerando dados separados por gênero;
 - xv. Elaborar relatórios técnicos com atualizações do desenvolvimento do projeto, revisão e validação da solução, resumos das oficinas - incluindo a perspectiva de gênero - feedbacks dos participantes e sugestões de melhorias com base nas interações com a Equipe do Projeto; e
 - xvi. Elaborar a Estratégia e Plano de Ação para o Fortalecimento da Governança Metropolitana e Interfederativa de cada região com base nos resultados do 2º Diálogo Nacional;

A Estratégia e o Plano de Ação para o fortalecimento dos arranjos de governança metropolitana e/ou interfederativa, deverá consolidar diretrizes, metas, ações prioritárias, prazos e responsáveis, visando a continuidade da implementação após o término das atividades da Contratada. As estratégias devem ser pactuadas com os atores locais, considerando as especificidades regionais e prevendo mecanismos que incentivem a apropriação e sustentação dos arranjos no longo prazo. Com isso, a contratada poderá inserir ações que possam complementar o Plano de Comunicação em paralelo às suas ações a serem desenvolvidas pelos Grupos de Trabalho.

A divulgação das atividades deste projeto em mídia externa, como jornais, rádio e televisão, será responsabilidade da Equipe do Projeto, em alinhamento com a consultoria. Em casos de eventos ou contatos com a mídia, a consultoria deverá comunicar previamente a Equipe do Projeto, garantindo a presença de um representante da equipe durante a cobertura ou interação.

O plano de comunicação e engajamento deve ser adequado à cada uma das regiões-piloto do Projeto.

Produtos:

- **Produto 3.1** -Três documentos contendo o Plano de Comunicação e Engajamento para o fortalecimento dos arranjos de governança metropolitana e/ou interfederativa (um para cada região).

- **Produto 3.2** – Três documentos contendo a Estratégia e Plano de Ação para o fortalecimento dos arranjos de governança metropolitana e/ou interfederativa (um para cada região).

Etapa 4 – Guia de experiências de Governança Metropolitana e Interfederativa

A CONTRATADA deverá elaborar um guia técnico com análise de experiências nacionais e internacionais em arranjos de governança metropolitana e interfederativa, com o objetivo de subsidiar a formulação de propostas adequadas a aglomerações urbanas e regiões metropolitanas brasileiras. A seleção dos casos deverá priorizar realidades institucionais comparáveis às regiões-piloto deste Termo de Referência.

O estudo deverá abranger tanto práticas bem-sucedidas quanto experiências que apresentaram fragilidades ou dificuldades, contemplando os fatores que influenciaram seus resultados, os desafios enfrentados, os mecanismos institucionais utilizados e os aprendizados gerados. A abordagem analítica crítica deverá contribuir para a construção de propostas realistas e para a identificação de riscos e oportunidades, subsidiando diretamente o mapa de riscos previsto na Etapa 7 – Proposição e Pactuação de Arranjos de Governança Metropolitana e Interfederativa e Assessoria Técnica para Adoção.

A CONTRATADA deverá adotar uma metodologia consistente, que evite direcionamentos a modelos únicos, valorizando a diversidade de formatos, níveis de maturidade e estratégias institucionais existentes.

O guia deverá ser elaborado a partir do levantamento, análise e consolidação de informações a partir de pesquisas, documentos e estudos já existentes. Não se espera que a contratada faça o levantamento de dados primários. Como referência nacional relevante, destaca-se o trabalho do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), que, desde 2015, por meio da Plataforma de Governança Metropolitana no Brasil, tem concentrado esforços na análise dos principais desafios impostos pelo Estatuto da Metrópole às Regiões Metropolitanas brasileiras. Essa plataforma sistematiza a trajetória de construção e adaptação das estruturas de governança e gestão das Regiões Metropolitanas, oferecendo um panorama abrangente de experiências institucionais, essencial para embasar avaliações críticas e proposições transformadoras.

Todas as referências utilizadas, incluindo as da Plataforma do IPEA, deverão ser disponibilizadas em banco de dados, com vistas à transparência, reprodutibilidade e disseminação dos conhecimentos gerados.

Produto 4: Documento técnico contendo guia analítico de experiências nacionais e internacionais em arranjos de governança metropolitana e interfederativa.

Etapa 5 – Mobilização e Fortalecimento de Capacidades das Partes Interessadas

A CONTRATADA deverá realizar atividades de sensibilização e fortalecimento de capacidades e mobilização das partes interessadas de cada região para a temática de Governança Metropolitana e Interfederativa, com base em três eixos principais: Formação, Aplicação Prática e Cooperação Interinstitucional. As atividades de mobilização, sensibilização e fortalecimento de capacidades deverão ser personalizadas para cada realidade local, com vistas a subsidiar o fortalecimento ou criação dos arranjos de governança de acordo com as particularidades de cada região e a garantir a perenidade das relações interinstitucionais.

Esta etapa deverá ser desenvolvida em consonância com o Componente 4 do Projeto CITinova II - Troca de Conhecimento e Capacitação - fortalecendo a integração entre frentes de trabalho, evitando sobreposições e potencializando resultados conjuntos.

A construção de arranjos institucionais metropolitanos sustentáveis exige que os entes federativos envolvidos percebam ganhos concretos com a cooperação. À luz da teoria dos jogos, os participantes só tendem a manter o compromisso cooperativo quando identificam *payoffs* positivos – como acesso ampliado a recursos, ganhos em eficiência na prestação de serviços, ou benefícios políticos e institucionais. Essa lógica deve orientar as atividades de capacitação e, assim, contribuir para a formulação dos instrumentos de governança propostos.

Para as três regiões, a CONTRATADA deverá consolidar um Grupo Articulador da Agenda Metropolitana e Interfederativa que dará apoio na sensibilização e mobilização dos atores. Esse grupo será responsável por conduzir o diálogo com as diversas instâncias envolvidas, assegurando a articulação e encaminhamento das definições estabelecidas nos arranjos de governança. O Grupo deverá ser composto por atores-chave identificadas no levantamento de partes interessadas, com papel estratégico na mobilização institucional e na representação da agenda junto aos atores locais e regionais. A definição final dos participantes será feita em articulação com a Equipe do Projeto e com os pontos focais de cada território.

Com o objetivo de garantir maior efetividade no processo formativo e respeitar os diferentes níveis de conhecimento técnico dos públicos envolvidos, atividades deverão ser segmentadas por Público-Alvo:

- i. **Técnicos e Gestores Públicos:** voltadas a profissionais das administrações municipais e estaduais, com foco em conteúdos relacionados à governança interfederativa, instrumentos legais e institucionais, funções públicas de interesse comum, planejamento territorial e arranjos de gestão metropolitana. A abordagem deverá considerar a complexidade técnica e a realidade institucional de cada região.

- ii. **Representantes da Sociedade Civil:** direcionadas à formação cidadã, com foco em noções fundamentais sobre governança territorial, participação social, direitos coletivos e mecanismos de controle social. Deverão ser utilizadas metodologias participativas, com linguagem acessível e valorização dos saberes territoriais e experiências locais.

Os seminários para os técnicos e gestores públicos deverão enfatizar os seguintes temas comuns, adaptada ao nível de maturidade institucional de cada região:

- i. Fundamentos da governança metropolitana e interfederativa (marcos legais, estruturas institucionais e desafios);
- ii. Planejamento e gestão integrada de funções públicas de interesse comum (intersectorialidade e integração);
- iii. Modelos de cooperação interfederativa e arranjos institucionais de governança interfederativa, com foco na identificação e análise de arenas de participação permanentes que garantam o engajamento contínuo de atores públicos, como prefeitos, governadores e técnicos.;
- iv. Financiamento e captação de recursos para ações metropolitanas (Consolidação de Fundos coletivos); e
- v. Construção de indicadores.

Esta etapa deverá incluir reuniões com as partes interessadas de cada região para mobilização e no mínimo 2 (dois) seminários por região (um com o setor público e outro com a sociedade civil) para sensibilização e fortalecimento de capacidades. Outras atividades relevantes poderão ser sugeridas no plano de trabalho elaborado pela CONTRATADA. As atividades deverão ser conduzidas em colaboração com as equipes locais e os pontos focais do projeto, bem como com os porta-vozes locais da agenda para garantir a sustentabilidade das ações pós-projeto.

Produtos:

- **Produto 5.1** – Três Planos de trabalho dos seminários de sensibilização e de fortalecimento de capacidades (um para cada região).
- **Produto 5.2** - Três relatórios das reuniões de mobilização e dos seminários de sensibilização e de fortalecimento de capacidades com instituições e demais partes interessadas (uma para cada região).

Etapa 6 – Proposição e Pactuação das Funções Públicas de Interesse Comum

A Contratada deverá realizar a proposição e a pactuação, por meio de um processo

participativo e estudo técnico, das Funções Públicas de Interesse Comum (FPICs) para cada uma das regiões, considerando o estágio de maturidade institucional, os desafios compartilhados e as oportunidades de cooperação para cada uma delas.

Para tanto, deverá realizar estudos técnicos das dinâmicas territoriais e ambientais existentes entre os municípios que compõem cada região, incluindo centralidades existentes, movimentos pendulares, conurbação e outras características que configuram integração funcional dos territórios. O estudo deverá indicar quais FPICs e respectivos entes competentes nos municípios de cada região, e quais incidem apenas em parte deles.

O estado da arte da identificação das FPICs diverge para cada região:

- i. Aglomeração Teresina-Timon: existe um consórcio intermunicipal de mobilidade urbana por ser uma temática central, mas não existe um estudo de FPICs para a Aglomeração. Deverá ser realizado um estudo;
- ii. Região Metropolitana de Belém: existe um estudo técnico que foi elaborado pela então Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Obras Públicas do Estado do Pará (SEDOP), que indica as FPICs existentes na região metropolitana. Deverá ser realizada uma análise do estudo para verificar se há necessidade de atualização;
- iii. Região Metropolitana de Florianópolis: a legislação da Região Metropolitana indica as FPICs. As FPICs deverão ser analisadas para verificar se há necessidade de atualização.

Para esta etapa, deverão ser considerados os resultados do 1º Diálogo Nacional-Local sobre Governança Metropolitana e Interfederativa, promovidos pela plataforma *UrbanShift* em colaboração com o Projeto CITinova II. O evento propôs a avaliação da temática de adaptação à mudança climática enquanto função pública de interesse comum, assim, a CONTRATADA deverá, em colaboração com as partes interessadas de cada região-piloto, analisar a viabilidade de sua inclusão como FPIC estratégica, considerando sua planejada implementação de forma articulada entre os municípios.

Esta Etapa inclui as seguintes atividades:

- i. Levantamento preliminar das funções públicas existentes, com base nos estudos técnicos das dinâmicas territoriais e ambientais existentes entre os municípios que compõe cada região;
- ii. Apresentação das justificativas técnicas para as FPICs identificadas e pactuadas;
- iii. Mapeamento dos atores institucionais envolvidos para cada FPIC e de propostas de articulação institucional;
- iv. Identificação de uma FPIC prioritária por região para um primeiro esforço de mobilização de atores e para a estruturação de projeto estratégico (projeto que será objeto do output de financiamento do Projeto CITinova II);

- v. Consolidação dos resultados em relatório técnico, contendo os resultados da identificação e pactuação das FPICs de cada região, incluindo a identificação da FPIC prioritária a ser endereçada.

A pactuação participativa das FPICs de cada região com técnicos e gestores dos municípios e dos estados integrantes tem como objetivo que as partes interessadas se entendam parte do processo de construção e fortalecimento da governança metropolitana e interfederativa. Entende-se que essa construção colaborativa é uma forma de dar continuidade ao processo de sensibilização e fortalecimento de capacidades dos atores para com a agenda.

Esta etapa deverá incluir reuniões com partes interessadas de cada região e no mínimo 1 (um) seminário por região para identificação e pactuação das funções públicas de interesse comum (FPICs). Outras atividades relevantes poderão ser sugeridas no plano de trabalho elaborado pela CONTRATADA. As atividades deverão ser conduzidas em colaboração com as equipes locais e os pontos focais do projeto, bem como com os porta-vozes locais da agenda para garantir a sustentabilidade das ações pós-projeto.

Os equipamentos e serviços necessários à preparação das oficinas e demais apresentações das atividades deste TdR, tais como serviços de digitação, elaboração de mapas temáticos e outros recursos similares serão de responsabilidade da CONTRATADA.

Produtos:

- **Produto 6.1** - Três relatórios das oficinas de identificação e de pactuação das FPICs (um para cada região).
- **Produto 6.2** – Três relatórios técnicos com identificação das Funções Públicas de Interesse Comum, incluindo a indicação das prioritárias (um para cada região).

Etapa 7 – Proposição e Pactuação de Arranjos de Governança Metropolitana e Interfederativa e Assessoria Técnica para Adoção

A CONTRATADA deverá propor, em colaboração com as partes interessadas de cada região, a formulação e o fortalecimento dos arranjos de governança metropolitana e interfederativa. A proposição deverá ser feita com base em boas práticas nacionais e internacionais. O objetivo é a construção de arranjos de governança viáveis, atrativos e sustentáveis. A proposta de estrutura e de estratégia de governança deverá prever:

- i. Instâncias deliberativas e consultivas: conselhos, comitês e/ou câmaras temáticas, indicando sua atribuição, composição de partes interessadas, periodicidade de reunião e regulamento interno para funcionamento;

- ii. Instância executiva: agência, setor ou órgão responsável por operacionalizar a gestão metropolitana ou interfederativa, indicando sua estrutura, composição, forma de organização, natureza jurídica e forma de financiamento da operação;
- iii. Mecanismos de participação e controle social vinculados à estrutura de governança;
- iv. Estratégia de inserção da governança metropolitana ou interfederativa nos instrumentos de planejamento e orçamento público, como Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), Lei Orçamentária Anual (LOA), planos diretores e planos setoriais;
- v. Criação de mecanismos permanentes de articulação interfederativa, quando não existente, por meio da pactuação de compromissos formais e da criação ou fortalecimento de instâncias colegiadas;
- vi. Alinhamento com as demais ações do Projeto CITinova II em cada região: os Sistemas Metropolitanos de Dados para o Planejamento Integrado, os Projetos Metropolitanos Estratégicos e Financiáveis que serão desenvolvidos, os Planos de Ação Climática e Tecnológica; os Planos Metropolitanos de Biodiversidades e demais planos metropolitanos setoriais previstos;
- vii. Alinhamento com as demais ações metropolitanas e interfederativa em andamento ou previstas em cada região;
- viii. Proposição de metas de curto, médio e longo prazo para a implementação dos arranjos de governança visando a gestão plena nas regiões.

Como ações estratégicas transversais, a CONTRATADA deverá propor, respeitando as especificidades de cada região:

- i. Implementação de Fórum Permanente de Governança Metropolitana e/ou Interfederativa, com encontros periódicos entre gestores;
- ii. Fortalecimento das câmaras temáticas, para garantir o aprofundamento e a continuidade da cooperação;
- iii. Desenvolvimento de um Protocolo de Cooperação Intermunicipal, quando couber, com compromissos e ações conjuntas;
- iv. Definição de indicadores e mecanismos de monitoramento, para avaliação contínua da governança e ajustes periódicos;
- v. Pactuação de papéis e responsabilidades entre as diversas partes interessadas para garantir a efetividade e sustentabilidade.
- vi. Elaboração de um mapa de riscos para a implementação da governança metropolitana e interfederativa, considerando aspectos institucionais, jurídicos, políticos, financeiros e técnicos que possam representar obstáculos à cooperação e à sustentabilidade do arranjo proposto.

A Contratada deverá partir da análise do Diagnóstico elaborado na Etapa 2, de forma a construir soluções específicas para o contexto de cada região-piloto:

- i. A proposta para a Região Metropolitana de Belém deverá basear-se na análise e na elaboração de uma proposta de atualização da Lei Complementar nº 027/95, com vistas ao aprimoramento da gestão e da governança metropolitana;
- ii. A proposta para os municípios de Teresina e Timon deverá basear-se na análise e na elaboração de uma proposta para a criação da governança da aglomeração urbana, em um estudo para a identificação das funções públicas de interesse comum e na proposição de um arranjo interfederativo; e
- iii. A proposta para a Região Metropolitana de Florianópolis deverá basear-se na análise e na proposição de formas de aprimorar a governança e os arranjos de gestão já existentes, como a regulamentação das instâncias de governança (Comitê de Desenvolvimento da Região Metropolitana da Grande Florianópolis - CODERF e Colégio Superior), e de instrumentos e/ou estruturas de governança das funções públicas de interesse comum prioritárias.

A seguir, detalham-se as entregas específicas por região que podem ser ajustadas ao longo do desenvolvimento das atividades e em consonância com as partes interessadas:

Proposição de Arranjo de Governança Metropolitana – Região Metropolitana de Belém

A CONTRATADA deverá elaborar um documento técnico em colaboração com as partes interessadas, a ser submetido formalmente ao Governo do Estado do Pará e às prefeituras dos municípios componentes da Região Metropolitana de Belém, contendo:

- i. Estrutura de governança metropolitana, com definição de instâncias, de instrumentos e de mecanismos;
- ii. Estratégia de financiamento e sustentabilidade dos arranjos de governança, com estimativas de custo para implementação e operação;
- iii. Estratégia de implementação e operação do arranjo de governança metropolitana, com recomendações para articulação interfederativa e institucional;
- iv. Estratégia para a revisão do arranjo de governança existente e formalização do novo arranjo proposto, incluindo estratégia de sensibilização dos representantes políticos e instrumentos jurídicos e administrativos necessários;
- v. Definição clara e pactuação das atribuições e limites de atuação das partes envolvidas.

Proposição de Arranjo de Governança Interfederativa – Aglomerado Urbano Timon-Teresina

A Contratada deverá elaborar documento técnico a ser submetido aos municípios de Teresina e Timon e aos governos do Piauí e do Maranhão, contendo:

- i. Estrutura de governança interfederativa mais adequada à realidade do aglomerado urbano, com definição de instâncias, de instrumentos e de mecanismos;
- ii. Estratégia de financiamento e sustentabilidade do arranjo de governança, com estimativas de custo para implementação e operação;
- iii. Estratégia de implementação e operação do arranjo de governança interfederativa, com recomendações para articulação interfederativa e institucional;
- iv. Estratégias para formalização do arranjo, incluindo estratégia de sensibilização dos representantes políticos e instrumentos jurídicos e administrativos necessários;
- v. Definição clara e pactuação das atribuições e limites de atuação das partes envolvidas.

Fortalecimento dos Arranjos de Governança Metropolitana – Região Metropolitana de Florianópolis

A Contratada deverá elaborar documento técnico a ser submetido ao Comitê de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Florianópolis, contendo:

- i. Propostas de aprimoramento do arranjo de governança existente, incluindo a análise de instâncias, com definições de papéis e responsabilidades, revisão de regulamentos e de demais instrumentos existentes;
- ii. Recomendações para maior articulação interfederativa e para fortalecimento da participação social;
- iii. Estratégia de financiamento e sustentabilidade do arranjo de governança, com estimativas de custo para implementação e operação;
- iv. Estratégia de implementação das melhorias propostas, incluindo ajustes normativos e institucionais;
- v. Definição clara e pactuação das atribuições e limites de atuação das partes envolvidas.

Os documentos contendo propostas de estruturação e/ou fortalecimento dos arranjos de governança metropolitana e interfederativa deverão conter:

- i. Modelos detalhados dos arranjos de governança propostos;
- ii. Minutas de documentos jurídicos e administrativos necessários para formalização;
- iii. Cronograma de implementação com etapas, prazos e responsáveis;
- iv. Estimativas de recursos financeiros, institucionais e humanos;
- v. Indicadores e métricas para monitoramento e avaliação;
- vi. Indicação de papéis e responsabilidades para implementação e operação dos arranjos de governança;
- vii. Recomendações para ajustes e aprimoramentos ao longo da implementação;
- viii. *Advocacy* para implementação do arranjo de governança.

Esta etapa deverá incluir reuniões com partes interessadas de cada região e no mínimo 1 (uma) oficina por região para proposição e pactuação dos arranjos de governança. Além disso, a CONTRATADA deve realizar reuniões de esclarecimentos e pactuação dos arranjos após a sua elaboração. Outras atividades relevantes poderão ser sugeridas no plano de trabalho elaborado pela CONTRATADA.

As atividades deverão ser conduzidas em colaboração com as equipes locais e os pontos focais do projeto, bem como com os porta-vozes locais da agenda para garantir a sustentabilidade das ações pós-projeto.

Produtos:

- **Produto 7.1** - Três relatórios das oficinas e processos participativos para pactuação dos arranjos de governança (um para cada região).
- **Produto 7.2** – Três documentos contendo propostas de estruturação e/ou fortalecimento dos arranjos de governança metropolitana e interfederativa, incluindo cronogramas, estimativas de recursos e indicadores de monitoramento – (um para cada região).
- **Produto 7.3** – Minutas de documentos legais para a adoção dos arranjos de governança para cada região.

Etapa 8 – Sistematização de Boas Práticas e Lições Aprendidas

A CONTRATADA deverá elaborar um relatório contendo a sistematização das lições aprendidas, das boas práticas e das experiências do processo de gestão e implementação das atividades consoantes no presente termo de referência, conforme orientações da Equipe Gestora do Projeto. O documento deve registrar os principais pontos levantados, a aplicabilidade das recomendações, a inclusão de múltiplas perspectivas e experiências e relevância das lições aprendidas e boas práticas para contextos futuros de proposição, pactuação, implementação e operação de arranjos de governança metropolitana e interfederativa.

Produto 8: Relatório consolidado com as experiências, boas práticas e lições aprendidas alcançadas durante o processo, visando subsidiar outras regiões metropolitanas brasileiras no desenvolvimento de seus próprios arranjos de governança.

9. Formas de Apresentação

A CONTRATADA deverá apresentar os produtos em versão preliminar para análise da Coordenação Técnica do Projeto. Caso o produto ainda não se apresente satisfatório para a aprovação pela referida equipe, a CONTRATADA deverá proceder às alterações até que o produto atenda às exigências solicitadas, chegando à versão final.

Todos os produtos intermediários e finais deverão ser escritos em língua portuguesa e deverão ser entregues em word e para revisão e em PDF após aprovação. Todos os arquivos fotográficos e arquivos de vídeo deverão ser entregues em alta qualidade, em formato a ser definido pela Equipe Gestora do Projeto. Os arquivos fotográficos e de vídeo brutos devem ser entregues por meio de pasta em nuvem para download, cujo link deve ser compartilhado por e-mail. Os arquivos devem estar disponíveis na pasta da nuvem durante toda a duração do projeto.

A CONTRATADA deverá encaminhar uma cópia de todos os produtos para o FUNBIO, em meio digital (por e-mail, para contratos@funbio.org.br, com cópia para citinova2@funbio.org.br, citinova2@gmail.com).

A titularidade do material será do Governo do Brasil, com reconhecimento ao financiamento GEF, e qualquer uso, divulgação ou reprodução deverá seguir as diretrizes contratuais estabelecidas no acordo de cooperação firmado com o PNUMA para a execução do projeto.

10. Cronograma e Forma de Pagamento

A duração total dos trabalhos para conclusão das atividades do presente termo de referência está estimada em no máximo 570 (quinhentos e setenta) dias, mas é tolerada a conclusão antecipada. A tabela abaixo descreve o prazo para entrega e revisão dos produtos previstos no presente termo de referência, bem como os percentuais de desembolso:

Nº	Produtos	Prazo de entrega após assinatura do contrato (dias corridos)	Percentual de desembolso (%)
1	Produto 1 – Três documentos contendo o Plano de Trabalho para a execução dos serviços previstos no presente termo de referência (um para cada região).	60	2,5
2	Produto 2 – Três documentos contendo o Diagnóstico dos arranjos de governança	135	13

	metropolitana e/ou interfederativa, com o mapeamento de iniciativas de planejamento urbano integrado (um para cada região).		
3	<p>Produto 3.1 – Três documentos contendo o Plano de Comunicação e Engajamento para o fortalecimento dos arranjos de governança metropolitana e/ou interfederativa (um para cada região).</p> <p>Produto 3.2 – Três documentos contendo a Estratégia e Plano de Ação para o fortalecimento dos arranjos de governança metropolitana e/ou interfederativa (um para cada região).</p>	225	6
4	Produto 4 - Documento técnico contendo guia analítico de experiências nacionais e internacionais em arranjos de governança metropolitana e interfederativa.	225	10
5	<p>Produto 5.1 – Três Planos de trabalho dos seminários de sensibilização e de fortalecimento de capacidades (um para cada região).</p> <p>Produto 5.2 - Três relatórios das reuniões de mobilização e dos seminários de sensibilização e de fortalecimento de capacidades com partes interessadas (uma para cada região).</p>	300	24
6	<p>Produto 6.1 - Três relatórios das oficinas de identificação e de pactuação das Funções Públicas de Interesse Comum (um para cada região).</p> <p>Produto 6.2 – Três relatórios técnicos com identificação das FPICs, incluindo a indicação das prioritárias (um para cada região).</p>	390	15

7	<p>Produto 7.1 - Três relatórios das oficinas e processos participativos para pactuação dos arranjos de governança (um para cada região).</p> <p>Produto 7.2 – Três documentos contendo propostas de estruturação e/ou fortalecimento dos arranjos de governança metropolitana e interfederativa, incluindo cronogramas, estimativas de recursos e indicadores de monitoramento (um para cada região).</p> <p>Produto 7.3 – Minutas de documentos legais para a adoração dos arranjos de governança para cada região.</p>	510	24,5
8	<p>Produto 8 - Relatório consolidado com as experiências, boas práticas e lições aprendidas alcançadas durante o processo, visando subsidiar outras regiões metropolitanas brasileiras no desenvolvimento de seus próprios arranjos de governança.</p>	570	5

Qualquer alteração no cronograma, após sua aprovação, dependerá de acordo entre as partes.

A aprovação final de cada produto descrito neste Termo de Referência é de responsabilidade e competência da Coordenação Técnica do Projeto que com prazo de retorno à CONTRATADA de até 30 (trinta) dias corridos. A Coordenação Técnica poderá solicitar até 3 (três) revisões de cada produto.

O pagamento será feito em até 10 (dez) dias úteis, contados a partir do recebimento, no FUNBIO, do documento de cobrança (nota fiscal/fatura) e após a emissão do Termo de Recebimento e Aceite - TRA (documento emitido pelo beneficiário, MCTI, responsável pelo recebimento e aceite), atestando que os serviços foram prestados em conformidade com as especificações solicitadas, quantidades e etapas, se for o caso.

11. Dados, Serviços Locais, Pessoal e Instalação

Todos os gastos com materiais, equipamentos, administração, recursos humanos e demais despesas necessárias para a execução das atividades, correrão por conta da CONTRATADA, incluindo seminários, oficinas e despesas de deslocamento. A CONTRATADA é responsável por incluir todos os gastos na sua proposta, bem como a estimativa de número de viagens, tempo de permanência, custo e número de pessoas a serem deslocadas.

12. Supervisão técnica

O acompanhamento e supervisão das atividades da consultoria em qualquer das etapas do trabalho estará a cargo da Coordenação Técnica do Projeto. A CONTRATADA fornecerá a Coordenação Técnica do Projeto todos os elementos necessários ao processo de acompanhamento e supervisão dos trabalhos executados para a elaboração do projeto. Será estabelecido um interlocutor para interagir com a consultoria, que fará seus contatos através dele ou de pessoas por esse interlocutor autorizadas.

A Equipe Gestora, Agência Implementadora e Pontos Focais do projeto terão pleno acesso a todas as informações sobre as atividades realizadas para a elaboração dos serviços deste termo de referência, mediante a prévia coordenação de suas ações e participações do interlocutor da equipe de trabalho com a consultoria. A CONTRATADA fica obrigada a fornecer dados, informações, sistemas informatizados, e todos e quaisquer elementos que integrem, ou seja, utilizados na realização dos serviços deste termo de referência.

A CONTRATADA realizará apresentações periódicas do andamento dos trabalhos ou de documentos intermediários ou finais da Equipe Gestora do Projeto, de forma online, sempre que assim solicitada. A CONTRATADA fornecerá informações complementares e considerará na reformulação dos documentos as solicitações e observações da equipe de trabalho. Essas solicitações de dados complementares e alterações devem ser efetuadas por escrito e somente poderão repetir-se para um mesmo documento, no caso de não atendimento do solicitado.

A CONTRATADA deverá disponibilizar todos os materiais de comunicação e materiais para oficinas e demais atividades para revisão por parte da Equipe Gestora do Projeto antes da divulgação e/ou utilização. O prazo para revisão dos materiais de comunicação e para oficinas e atividades pela Equipe Gestora será de 2 (dois) dias úteis.

13. Prazos

O prazo de vigência do contrato será de até 600 (seiscentos) dias, a contar da assinatura do contrato.

14. Obrigações

14.1. Obrigações da Contratada

A CONTRATADA deverá arcar com todos os custos de honorários de sua equipe, bem como os custos de permanência de sua equipe no período compreendido de execução do contrato. É de responsabilidade da CONTRATADA ainda todos os outros custos com logística (viagens, alimentação, combustível, locação de espaços para as reuniões, *coffee breaks*, veículos, impressões, entre outros serviços prestados), itens individuais, e materiais e equipamentos para a realização das atividades. Deve ser fornecido *coffee break* para todos os participantes das oficinas presenciais realizadas para a execução das atividades do projeto.

A CONTRATADA fica obrigada a fornecer dados, informações, sistemas informatizados, e todos e quaisquer elementos que integrem, ou seja, utilizados e produzidos na realização dos serviços deste termo de referência. Esses recursos não serão utilizados para qualquer finalidade além da estipulada neste contrato e serão de propriedade exclusiva da contratante.

A CONTRATADA realizará apresentações periódicas do andamento dos trabalhos ou de documentos intermediários ou finais a Direção Nacional e Equipe Gestora do Projeto, sempre que assim solicitada. Os equipamentos e serviços necessários à preparação dessas apresentações, tais como serviços de digitação, elaboração de mapas temáticos e outros recursos similares serão de responsabilidade da CONTRATADA.

A CONTRATADA deverá solicitar formalmente, diretamente aos municípios integrantes das regiões-piloto, bem como aos demais órgãos competentes, os documentos oficiais e bases de dados necessários à execução do trabalho, tais como registros administrativos, cadastros e estudos técnicos existentes, sem prejuízo do andamento das atividades e dos prazos estabelecidos neste Termo de Referência

A CONTRATADA deverá incluir as logomarcas do Projeto CITinova II, do Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF), do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), do Fundo Brasileiro para Biodiversidade (FUNBIO) e dos demais parceiros indicados pela Equipe Gestora do Projeto. A aplicação das marcas deverá considerar as diretrizes de uso de marca de cada instituição e o manual de identidade visual do Projeto CITinova II. Todos os materiais de comunicação deverão ser aprovados pelo(a) Assessor(a) de Comunicação da Equipe Gestora do Projeto antes da sua impressão, confecção e divulgação.

14.2. Obrigações da Contratante

A CONTRATANTE será responsável pela gestão administrativa do contrato, incluindo recebimento, encaminhamento e controle da documentação relacionada à execução contratual.

É de responsabilidade da CONTRATANTE garantir a tramitação tempestiva dos processos administrativos de pagamento, cumprida a etapa de validação técnica.

15. Avaliação, Classificação e Desclassificação das Propostas Técnicas

15.1. Qualificação da Consultoria

A experiência da CONTRATADA deverá ser atestada mediante apresentação de documentação que comprove:

a) mínimo de 2 (duas) experiências na elaboração e formalização de arranjos de governança metropolitana e interfederativa, incluindo experiências com acordos, consórcios públicos, instâncias de governança compartilhada e marcos legais. Mínimo de 2(duas experiências);

(b) mínimo de 2(duas) experiências na implementação de arranjos de governança metropolitana e interfederativa, como a produção de instrumentos operacionais e de gestão (planos de ação, regimentos internos, estatutos de conselhos, arranjos técnicos de funcionamento); e

c) mínimo de 2(duas) experiências na condução de processos participativos envolvendo múltiplos atores, incluindo governos federal, estadual e municipal, sociedade civil e setor privado.

O não atendimento a qualquer um dos critérios descritos acima acarretará a desclassificação da empresa do processo seletivo.

Será considerado um diferencial a experiência:

(a) na coordenação de planos e estratégias territoriais em escalas intermunicipal, metropolitana ou de aglomeração urbana; e

(b) nas regiões-piloto deste Termo de Referência.

Empresas e/ou instituições poderão se associar visando melhorar suas qualificações técnicas e poderão fazê-lo através de Consórcio e devem apresentar um Contrato particular, ou outro instrumento legal de formação da associação.

Caso empresas associadas virem a vencer o processo de seleção, o FUNBIO firmará o contrato apenas com a empresa líder, devendo esta contribuir substancialmente com recursos humanos para o trabalho e ser a responsável por toda a execução dos serviços. A integralidade dos pagamentos referentes a prestação dos serviços será realizada pelo FUNBIO apenas para a empresa líder.

15.2. Qualificação da Equipe Profissional

A equipe da consultoria CONTRATADA deverá incluir os seguintes profissionais e qualificações mínimas:

i. **Coordenador(a) Técnico(a):**

a) critérios eliminatórios:

- a. formação Acadêmica em Direito, Geografia, Arquitetura e Urbanismo ou áreas correlatas;
- b. mínimo de 5 (cinco) experiências na coordenação técnica de planos urbanos e/ou regionais;
- c. mínimo de 2(duas) experiências na coordenação de equipes multidisciplinares; e
- d. mínimo de 1(uma) experiência profissional na coordenação de equipes multidisciplinares.

b) critérios classificatórios:

- a. pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional, Geografia, Ciências Econômicas, Administração pública, Ciência Econômicas ou áreas correlatas ao objeto deste Termo de Referência;
- b. experiência profissional na elaboração de planos urbanos e/ou regionais em uma das regiões-piloto deste Termo de Referência; e
- c. titulação acadêmica adicional à graduação será pontuada de forma progressiva, considerando especialização, mestrado e doutorado.

ii. **Especialista em Planejamento Urbano e Regional para a Região Metropolitana de Belém:**

a) critérios eliminatórios:

- a. formação acadêmica em Arquitetura e Urbanismo, Geografia, ou em áreas correlatas;

- b. mínimo de 3 (três) experiências profissionais na elaboração de estudos técnicos e/ou projetos nas áreas de planejamento regional e/ou metropolitano;
- c. mínimo de 1 (uma) experiência profissional em processos de pactuação de políticas, planos ou instrumentos territoriais que envolvam diferentes níveis de governo e diferentes entes federativos.

b) critérios classificatórios:

- a. especialização, mestrado ou doutorado em planejamento urbano e/ou regional, geografia, direito urbanístico, administração pública ou áreas correlatas; e
- b. experiência profissional em planejamento urbano na Região Metropolitana de Belém e/ou em um de seus municípios integrantes.
- c. titulação acadêmica adicional à graduação será pontuada de forma progressiva, considerando especialização, mestrado e doutorado.

iii. **Especialista em Planejamento Urbano e Regional para a Região Metropolitana de Florianópolis:**

a) critérios eliminatórios:

- a. formação acadêmica em Arquitetura e Urbanismo, Geografia, ou em áreas correlatas;
- b. mínimo de 3(três) experiências profissionais na elaboração de estudos técnicos e/ou projetos nas áreas de planejamento regional e/ou metropolitano; e
- c. mínimo de 1 (uma) experiência profissional em processos de pactuação de políticas, planos ou instrumentos territoriais que envolvam diferentes níveis de governo e diferentes entes federativos.

b) critérios classificatórios:

- a. especialização, mestrado ou doutorado em planejamento urbano e/ou regional, geografia, direito urbanístico, administração pública ou áreas correlatas;
- b. experiência profissional em planejamento urbano na Região Metropolitana de Florianópolis e/ou em um de seus municípios integrantes; e
- c. titulação acadêmica adicional à graduação será pontuada de forma progressiva, considerando especialização, mestrado e doutorado.

iv. **Especialista em Planejamento Urbano e Regional para a Aglomeração Urbana Teresina-Timon:**

a) critérios eliminatórios:

- a. formação acadêmica em Arquitetura e Urbanismo, Geografia, ou em áreas correlatas;

- b. mínimo de 3(três) experiências profissionais na elaboração de estudos técnicos e/ou projetos nas áreas de planejamento regional e/ou metropolitano;
- c. mínimo de 1 (uma) experiência profissional em processos de pactuação de políticas, planos ou instrumentos territoriais que envolvam diferentes níveis de governo e diferentes entes federativos.

b) critérios classificatórios:

- a. especialização, mestrado ou doutorado em planejamento urbano e/ou regional, geografia, direito urbanístico, administração pública ou áreas correlatas;
- b. experiência profissional em planejamento urbano na Aglomeração Urbana Teresina-Timon e/ou em um de seus municípios integrantes; e
- c. titulação acadêmica adicional à graduação será pontuada de forma progressiva, considerando especialização, mestrado e doutorado.

v. **Especialista em Direito Urbanístico:**

b) critérios eliminatórios:

- a. formação acadêmica em Direito;
- b. mínimo de 3 (três) experiências profissionais em assessoria jurídica para documentos legais, instrumentos normativos e/ou legislações aplicadas ao planejamento regional e metropolitano e/ou à estruturação de arranjos de governança; e
- c. atuação em conselhos, comissões ou grupos de trabalho públicos voltados à política urbana e/ou regional.

c) critérios classificatórios:

- a. especialização, mestrado ou doutorado em Direito Urbanístico, Direito Administrativo, em Administração pública ou áreas em correlatas;
- b. experiência profissional nas regiões-piloto deste Termo de Referência; e
- c. titulação acadêmica adicional à graduação será pontuada de forma progressiva, considerando especialização, mestrado e doutorado.

vi. **Especialista em Comunicação e Engajamento:**

a) Critérios eliminatórios:

- a. formação acadêmica em comunicação social, jornalismo, relações públicas ou áreas correlatas; e
- b. mínimo de 3(três) experiências profissionais na elaboração e implementação de planos de comunicação para o setor público.

b) Critérios classificatórios:

- a. especialização, mestrado ou doutorado em Direito Urbanístico, Direito Administrativo, em Administração pública ou áreas correlatas;

- b. experiência profissional na facilitação de diálogos intersetoriais envolvendo múltiplos atores;
- c. experiência profissional na elaboração de estratégias de engajamento de partes interessadas, especificamente em uma das regiões-piloto contempladas neste Termo de Referência; e
- d. titulação acadêmica adicional à graduação será pontuada de forma progressiva, considerando especialização, mestrado e doutorado.

vii. **Especialista em financiamento público e captação de recursos para políticas públicas:**

a) critérios eliminatórios:

- a. formação acadêmica em Economia, Administração Pública, Contabilidade ou áreas correlatas;
- b. mínimo de 2(duas) experiências profissionais na estruturação de estratégia e/ou mecanismos de financiamento para políticas públicas;
- c. e mínimo de 1(uma) experiência profissional na análise de viabilidade econômica de políticas públicas.

b) critérios classificatórios:

- a. especialização, mestrado ou doutorado em Economia, Administração Pública, Gestão de Políticas Públicas, Finanças Públicas ou áreas correlatas; e
- b. experiência na captação de recursos para políticas públicas junto a múltiplas fontes, incluindo fundos federais, estaduais, municipais e internacionais; e
- c. titulação acadêmica adicional à graduação será pontuada de forma progressiva, considerando especialização, mestrado e doutorado.

Caberá à CONTRATADA garantir que o Especialista em Planejamento Urbano e Regional resida no município polo da Região Metropolitana ou Aglomeração Urbana, a fim de facilitar o acompanhamento local das atividades, promover a integração com os atores regionais e assegurar maior compreensão das especificidades sociais, econômicas e ambientais de cada área. O não cumprimento desta exigência poderá acarretar rescisão de contrato por descumprimento de cláusula essencial. A responsabilidade pela alocação e supervisão dos coordenadores técnicos será avaliada periodicamente pela CONTRATANTE.

O mesmo profissional poderá exercer até duas das funções mencionadas anteriormente. Caso acumule mais de uma função, é necessário apresentar comprovação de qualificação e experiência para cada uma delas. Para os especialistas em Planejamento Urbano e Regional, cada profissional deve ser designado para um único local e não poderá substituir o outro especialista alocado nas demais regiões.

Valoriza-se composições de equipes com atenção à equidade de gênero e com a diversidade. É desejável que a equipe indicada pela proponente possua uma composição equilibrada entre integrantes homens e mulheres. Entende-se por equidade de gênero uma composição de equipe que considere 50% ou mais dos integrantes mulheres. É desejável também que a equipe indicada pela proponente apresente diversidade nos perfis contratados. Entendemos por diversidade profissionais autodeclarados negros(as), LGBTQIA+, indígenas e outras minorias.

15.3. Qualificação da Proposta Técnica e Financeira

A análise da Proposta Técnica considerará sua adequação aos objetivos fixados no Termo de Referência, incluindo abordagem técnica, metodologia e cronograma. A análise da Proposta Financeira considerará a adequação dos valores aos recursos disponíveis no projeto, bem como o custo em relação às demais propostas submetidas.

16. Equipe Gestora

Pontos focais da Equipe do Projeto CITInova.